

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

WAGNER CRISTIAN DOS SANTOS
DJALBA JOAQUIM DOS SANTOS

ACESSIBILIDADE EM SITES DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DO
ESTADO DE ALAGOAS

MACEIÓ

2022

S237a Santos, Wagner Cristian dos

Acessibilidade em sites de bibliotecas universitárias do estado de Alagoas / Wagner Cristian dos Santos, Djalba Joaquim dos Santos. – Maceió: Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2022.

16f.

Trabalho de Conclusão de Curso (BIBLIOTECONOMIA) – Universidade Federal de Alagoas - UFAL: Maceió, 2022.

Orientador(a): Dra. Francisca Rosaline Leite Mota
Coorientador(a): Dra. Nelma Camelo de Araújo

1. Acessibilidade. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Bibliotecas Universitárias. I. Santos, Djalba Joaquim dos. II. Título.

CDU 364

WAGNER CRISTIAN DOS SANTOS

DJALBA JOAQUIM DOS SANTOS

ACESSIBILIDADE EM SITES DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DO
ESTADO DE ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Aprovado conforme a Resolução No 04/2017 - CBIB/UFAL, de 23 de agosto de 2017.

Data de Aprovação: 11 de março de 2022.



Profa. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota – UFAL (Orientadora) A-I



Profa. Dra. Nelma Camelo de Araújo – UFAL (Orientadora) A-II

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes – UFAL (Examinador Interno)



Prof. Dr. Marcos Aparecido Rodrigues do Prado – UFAL (Examinadora Interna)

ACESSIBILIDADE EM SITES DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS

ACCESSIBILITY ON UNIVERSITY LIBRARY SITES IN THE STATE OF ALAGOAS

Wagner Cristian dos Santos¹
Francisca Rosaline Leite Mota²
Nelma Camêlo de Araujo³
Djalba Joaquim dos Santos⁴

Resumo: Em uma sociedade em franco processo de evolução, as Bibliotecas Universitárias possuem papel decisivo e devem se adequar as novas demandas de todos os seus usuários e, em especial, daqueles com deficiência. As Bibliotecas Universitárias devem dar suporte à educação superior inclusiva aos estudantes com deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, etc.), contribuindo para que as barreiras sejam eliminadas e, incluindo os mesmos no contexto da aprendizagem universitária. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é: estudar a acessibilidade nos sites das Bibliotecas Universitárias das Instituições de Ensino Superior públicas do estado de Alagoas. O percurso metodológico adotou a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2021. A amostra foi composta pelos sites das Bibliotecas Universitárias da Universidade Federal de Alagoas, Universidade Estadual de Ciências da saúde do Estado de Alagoas e Universidade Estadual de Alagoas. Os sites pesquisados não estão dentro dos padrões desejáveis de acessibilidade, mas, já se pode observar algumas iniciativas neste sentido. É possível concluir que cabe a estas instituições vislumbrarem e implementarem estratégias que possibilitem que as portas de acesso ao conhecimento, seja no meio tradicional ou virtual, estejam sempre abertas para receber as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Bibliotecas Universitárias.

Abstract: In a society undergoing a clear process of evolution, University Libraries have a decisive role and must adapt to the new demands of all their users and, in particular, those with disabilities. University Libraries must support inclusive higher education for students with disabilities (physical, visual, auditory, intellectual, etc.), contributing to the elimination of barriers and including them in the context of university learning. In this sense, the objective of the research is: to study the accessibility on the websites of University Libraries of public Higher Education Institutions in the state of Alagoas. The methodological path adopted exploratory research with a qualitative approach. The survey was conducted in May 2021. The sample consisted of the websites of the University Libraries of the Federal University of Alagoas, State University of Health Sciences of the State of

¹ Graduando em Biblioteconomia. Universidade Federal de Alagoas. E-mail de contato: wagner.cristian@ichca.ufal.br

² Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail de contato: Francisca.mota@ichca.ufal.br

³ Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail de contato: nelma.araujo@ichca.ufal.br

⁴ Graduando em Biblioteconomia. Universidade Federal de Alagoas. E-mail de contato: js.djalba@gmail.com

Alagoas and State University of Alagoas. The sites surveyed are not within the desirable accessibility standards, but some initiatives in this regard can already be observed. It is possible to conclude that it is up to these institutions to devise and implement strategies that enable the doors of access to knowledge, whether in the traditional or virtual environment, to be always open to receive people with disabilities.

Keywords: Accessibility. Person with a Disabled. University Libraries.

1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade é um assunto que deve ser tratado com bastante atenção quando tratamos de questões sociais. A acessibilidade permite a inclusão de pessoas com deficiência em várias atividades, inclusive naquelas por vezes consideradas não aptas para elas, tanto no contexto físico quanto intelectual. Uma condição essencial para acessibilidade relaciona-se diretamente com o acesso a informação.

Nessa perspectiva, Targino (1991, p. 159) argumenta que “a qualidade de vida do cidadão passa pela difusão da informação. Passa por uma postura fundamentalmente social, passa pela democracia que tem assim, na informação o seu pressuposto maior e que significa força conjunta, engajamento social e político, ou seja, cidadania”.

A reflexão postulada pela autora supracitada nos leva a entender a importância da informação para o exercício da cidadania. Deste modo, é importante que todos, indistintamente, possam ser incluídos e ter acesso a informação em qualquer tipo de suporte. Ribas e Ziviani (2007, p. 50) afirmam que:

[...] o acesso à informação é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania, um pré-requisito para os direitos civis, políticos e sociais, uma vez que é por meio da conscientização desses direitos, pela tomada de consciência dos indivíduos, que o Brasil conseguirá se tornar uma sociedade mais inclusiva.

Com o avanço tecnológico, a acessibilidade é potencializada e cada vez mais se discutem questões afetas à inclusão digital, que proporciona conhecimentos e práticas para que os usuários tenham acesso a estas novas tecnologias de informação. A inclusão digital é fundamental para que as pessoas com deficiência tenham mais facilidades em interagir, aprender, trocar experiências e evoluir. Neste cenário temos que as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel preponderante no contínuo evolutivo das pessoas com deficiência e devem disponibilizar ambientes tradicionais e virtuais que busquem atender com maior amplitude os seus usuários. E no tocante ao acesso à informação nas Instituições de Ensino Superior, as Bibliotecas Universitárias possuem papel decisivo e devem se adequar as novas demandas de todos os seus usuários e, em especial, daqueles com

deficiência. Neste sentido, nos inquieta a seguinte questão: os sites das Bibliotecas Universitárias das IES no estado de Alagoas são acessíveis aos seus usuários?

Eis, portanto, que o presente trabalho possui o objetivo de estudar a acessibilidade nos sites das Bibliotecas Universitárias das Instituições de Ensino Superior públicas do estado de Alagoas. Isto, por acreditarmos que as Bibliotecas Universitárias devem dar suporte à educação superior inclusiva aos estudantes com deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, etc.), contribuindo para que as barreiras sejam eliminadas e, incluindo os mesmos no contexto da aprendizagem universitária.

2 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ACESSIBILIDADE

2.1 Acessibilidade em bibliotecas universitárias

Acessibilidade é um termo bem comum nos dias de hoje, onde é mais vista para a inclusão de pessoas com deficiência, com menor restrição possível, em seus meios de transporte, ambientes físicos entre outros.

A Lei Federal Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, define o termo acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

O conceito acessibilidade também varia de acordo com vivências do cotidiano no que se refere a sua observação, avaliação. Assim cria-se condições acessíveis a determinadas situações. Segundo Tavares filho et al. (2002) a acessibilidade:

conceituada pela Lei 10.098 como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital. (TAVARES FILHO et al., 2002).

Como é possível observar, a acessibilidade está relacionada não só aos espaços físicos mas, também ao espaço digital. Neste sentido, as tecnologias cada vez mais vem ganhando seu espaço, acesso à internet, aplicativos, *Smartphones*, *Smart tvs*, e torna-se cada vez mais necessário encontrar mecanismos que propiciem a inclusão digital das pessoas com deficiência.

A inclusão digital é um ótimo meio para acessos às novas tecnologias da informação, sendo assim o usuário pode usufruir destas tecnologias agregando positivamente em sua vida social, exemplo disso é a educação a distância (EAD) que proporciona o estudante a ter ensino em qualquer lugar de sua preferência. Para Sasaki (1997, p.47) o termo inclusão digital é visto como:

[...] um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas.

A Inclusão digital, pressupõe portanto, um processo de democratização do acesso às tecnologias da Informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação (WIKIPÉDIA, 2018). É de suma importância que políticas de inclusão digital sejam prioritárias, capacitando usuários, formação de auxiliares para deficientes, dessa forma difundir meios tecnológicos para melhoria do acesso à informação.

A inclusão digital contribui para a inclusão social pois, possibilita o acesso a informação, a interação com grupos sociais sem que existam algum tipo de exclusão, pois a internet ela abre fronteiras independente de suas condições físicas. Assim:

Uma sociedade inclusiva compreende o processo de cooperação, de solidariedade, de respeito, de compreensão e de aceitação de diferenças, da vivência em comunidade, da valorização das diferenças da melhoria e da qualidade de vida para todas as pessoas e do exercício da cidadania. Essa sociedade inclusiva pode ser caracterizada como a sociedade que possibilita o acesso à informação e ao conhecimento, utilizando o processo de interação com o outro e o grupo social, tendo como chave de acesso a inclusão de todas as pessoas inclusive as pessoas com deficiência. Uma sociedade inclusiva é uma sociedade que aprende a conviver com a diversidade. (MORO; GIACUMUZZI, 2015, p.60).

Então, podemos entender que a inclusão social e a inclusão digital caminham juntas e buscam garantir a presença de todos numa sociedade sem que haja preconceitos com suas limitações. Isto, sem dúvida nenhuma, inclui o acesso à educação de qualidade em todos os níveis, do ensino infantil ao superior.

No tocante ao ensino superior, as Bibliotecas Universitárias, possuem papel de indiscutível importância para a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. O número de matrícula destes usuários, ainda que infinitamente menor em relação aos demais, tende a apresentar um crescimento significativo nos próximos anos. Murça (2020, p.01) chama atenção para o fato de que de “2017 para 2018, o número de estudantes com deficiência matriculados na universidade por meio da reserva de vagas cresceu mais de 70%”. O autor destaca ainda que “o número de matriculados PcD

com cotas passou de 2.962 (0,04% do total de matriculados), em 2017, para 5.053 (0,06% do total de matriculados), em 2018”.

É mister esclarecer que independente da quantidade de pessoas com deficiência que usam os serviços das Bibliotecas Universitárias, estas devem estar preparadas para atender a todos, indistintamente. Sabemos que é um grande desafio pois, a falta de investimentos em recursos humanos e materiais torna tudo muito mais difícil, mas, é necessário um grande esforço, por parte destas bibliotecas, para contornar as dificuldades e se tornar mais acessível e inclusiva possível.

2.2 A realidade da pessoa com deficiência no Brasil

Conforme ao último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) são mais de 45 mil brasileiros que possuem algum tipo de deficiência física, que enfrentam várias dificuldades no seu dia a dia pela falta de acessibilidades em várias vertentes, sendo assim se sentindo “excluídas” pelo poder público ou outras entidades que não se mobilizam para corrigir essas falhas que são frequentes.

As pessoas com deficiência sempre foram tratadas com indiferença pela sociedade, assim como afirma Maciel (2000, p.51) a sociedade, desde os seus primórdios, sempre inabilitou as pessoas com deficiência, “marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas.”

De acordo com o Art.1º da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência: “Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos da natureza física, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”. (BRASIL, 2012, p. 26).

O Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 classifica os tipos de deficiência de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 01: Tipos de deficiência

Deficiência	Descrição
Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000Hz
Visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a scmatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores
Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho
Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências

Fonte: Decreto nº 5296 de 02 de dezembro de 2004, art. 5

As principais dificuldades apresentadas as pessoas com deficiência, de acordo com a literatura, são:

- Falta de infraestrutura;
- Falta de transportes adaptados;
- Falta de intérpretes para surdos e monitores para deficientes visuais;
- Sistemas sem acessibilidade.

Barreiras são encontradas de várias formas pelas pessoas com deficiência, essas barreiras são consideradas como “entreve, obstáculo, atitude ou comportamento que impeça a participação da

peessoa” (MORO; ESTABEL, 2015, p.34). As autoras também classificam algumas dessas barreiras (p.35) que são:

- Barreiras urbanísticas (Vias de espaços públicos ou privados);
- Barreiras arquitetônicas (Edifícios públicos e privados);
- Barreiras nos transportes (meios de transportes);
- Barreiras nas comunicações e na informação (Impossibilidade de comunicação);
- Barreiras tecnológicas (Impedimentos às tecnologias).

Como é possível notar, existe uma série de barreiras que dificultam consideravelmente o acesso das pessoas com deficiência aos espaços físicos e ao digital. E é papel do bibliotecário atentar para alternativas que minimizem o impacto destas barreiras.

2.3 O papel do bibliotecário

O acesso a informação “[...]é um direito constitucional em nosso país, pois propicia desenvolvimento social, intelectual e econômico, além de ser fundamental à formação da cidadania e do senso crítico das pessoas”. (MORO; ESTABEL; NICOLETTI, 2016 p.9). Para o bibliotecário a disseminação da informação é muito importante pois, como mediador da informação, deve estar atento de como a informação está sendo passada para seus usuários. As pessoas com deficiência também são usuárias de informação. Deste modo, o bibliotecário deve refletir sobre como as informações chegam ou são acessadas por esses usuários, considerando que a acessibilidade tecnológica é uma forma de atendê-los.

Salcedo e Silva (2017, p.29), a respeito do bibliotecário e a mediação, enfatizam que “a profissão do bibliotecário deverá estar preocupada, em primeiro lugar, com a mediação da informação, pois uma vez que a mediação se transforma em seu escopo de trabalho, o bibliotecário acaba por transformar o ambiente ao qual se encontra inserido”.

A informação é uma meio fundamental para que os obstáculos e o preconceito sejam vencidos, pois quando buscamos por ela, praticamos o entendimento da diversidade humana, ou seja, não

verificamos o estado físico das pessoas e sim sua necessidade informacional, e assim tornamos uma sociedade mais inclusiva.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotou a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. O universo da pesquisa é composto pelos sites das Bibliotecas Universitárias das Instituições de Ensino Superior do estado de Alagoas. Estabelecemos como amostra, trabalhar apenas com as instituições circunscritas na esfera do ensino público. Deste modo, a amostra elegível contou com os sites das Bibliotecas Universitárias das seguintes instituições:

- Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Fundada em 1961, a UFAL, instituição federal de ensino superior, instalada no Campus A.C. Simões, em Maceió, São cerca de 26 mil alunos matriculados nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas, na capital (53), e nos campi de Arapiraca (19) e do Sertão (8). Na modalidade de pós-graduação, são 39 programas *strictu sensu* oferecidos, sendo 30 mestrados e nove doutorados, que contam com 2.312 alunos, e 13 especializações;
- Universidade Estadual de Ciências da saúde do Estado de Alagoas (UNCISAL) – A UNCISAL iniciou sua história como Escola de Ciências Médicas de Alagoas – ECMAL – em 1968, com o curso de medicina, que foi reconhecido pelo Decreto 73.754, de 06 de março de 1974. Em 1975 surgiu a Fundação de Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho – FUNGLAF – como mantenedora da ECMAL, agregando à estrutura da Fundação, a Unidade de Emergência Dr. Armando Lages e Hospital Dr. José Carneiro. Em 2003 a UNCISAL é reestruturada pela Lei nº 6.351 e passa a ser composta de Faculdades, Hospitais e Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora. Em dezembro de 2005, após visita de avaliadores externos e homologação de Parecer pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas, a UNCISAL passa à condição de Universidade, através da Lei nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005;

- Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - É na primeira metade dos anos 1970 que surge a **Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FUNEC)**, com sede em Arapiraca, constituindo-se como mantenedora da **Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca - FFPA**. Após a estadualização da FUNEC, o que, de certa forma fortalece a FFPA, com a implantação do ensino gratuito, suas portas se abrem à expansão, chegando até Santana do Ipanema, com a **Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão (ESSER)**; em seguida, chega também a Palmeira dos Índios, com a **Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas de Palmeira dos Índios (ESPI)**, além de ter ampliado seu atendimento na própria sede, em Arapiraca, criando a **Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Jurídicas e Sociais do Estado de Alagoas (FAJEAL)**. É oportuno ainda destacar que, em 20 de março de 2012, através da **Resolução n.º 003, do Conselho Superior da Universidade Estadual de Alagoas - CONSU/UNEAL**, foi criado o **Campus VI** da UNEAL, em Maceió, com a compreensão de que se fazia necessário o fortalecimento da IES na capital alagoana, com todos os seus indicadores sociais.

Na coleta dos dados determinamos identificar a existências de alguns elementos básicos que podem tornar um site acessível para pessoas com deficiência:

- Audiolivros;
- Audiodescrição das imagens;
- Legenda nos vídeos;
- Controle do tamanho do texto;
- Ferramentas de leitura em Libras;
- Ferramentas de autocontraste.

A coleta foi realizada no mês de maio de 2021. Isto posto, após a coleta iniciamos a análise dos dados, conforme será relatado na próxima seção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados nos apresentam uma realidade de certo modo preocupante e que clama por providências firmes e rápidas. Como é possível observar na Tabela 02, as Bibliotecas

Universitárias pesquisadas ainda não disponibilizam sites que possam ser considerados acessíveis para as pessoas com deficiência.

Tabela 02 – Análise dos sites das Bibliotecas Universitárias

Tipo	UFAL	UNCISAL	UNEAL
Audiolivros	Sim	Não	Não
Audiodescrição das imagens	Não	Não	Não
Legenda nos vídeos	Sim	Não	Não
Controle do tamanho do texto	Sim	Não	Sim
Ferramentas de leitura em Libras	Não	Não	Não
Ferramenta de autocontraste	Sim	Não	Não

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O site do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas (SiBi/UFAL), no tocante a acessibilidade, apresenta somente vídeos com legenda. Tais vídeos possuem conteúdo de boas-vindas e também tutoriais para o uso dos serviços ofertados. É necessário ressaltar que esta biblioteca oferece acesso a Biblioteca Virtual Pearson e, por conseguinte, permite acesso a audiolivros. Tal biblioteca possui um acervo de livros digitais e conta com mais de “25 editoras parceiras e com milhares de títulos em diversas categorias profissionais e literárias”⁵. Conforme informações disponíveis no site da Pearson, a Biblioteca Virtual é aprovada pelo MEC e já está presente em várias Instituições de Ensino Superior no país. Contudo, por mais que a referida biblioteca disponibilize os livros em formato de audiolivros, o áudio apresenta muitas falhas que, em alguns casos, prejudica a compreensão do usuário. Não encontramos no site do SiBi/UFAL e nem na Biblioteca Virtual Pearson audiodescrição das imagens ou ferramentas de LIBRAS, dispondo somente ferramentas de controle do tamanho do texto e autocontraste.

Acreditamos que a tendência do SiBi/UFAL é se adequar cada vez mais ao atendimento das demandas de acessibilidade. Ressaltamos que o site da Universidade Federal de Alagoas já

⁵ <https://br.pearson.com/ensino-superior/solucoes-digitais/biblioteca-virtual-3-0.html>

em braile, áudiolivros ou mesmo visitas guiadas para pessoas com deficiência. É muito importante que, caso tais serviços existam, possam ser divulgados nos sites para que as pessoas com deficiência possam acessar, quando possível, de forma presencial. Isto já pode ser uma boa iniciativa. Por fim, nos resta reafirmar que as Bibliotecas Universitárias possuem papel decisivo quando se trata do acesso à informação, principalmente por pessoas com deficiência. Cabe a estas instituições vislumbrarem e implementarem estratégias que possibilitem que as portas de acesso ao conhecimento, seja no meio tradicional ou virtual, estejam sempre abertas para receber este tipo de usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. 100p.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 01 Fev. 2019.

CAT, 2007. Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007, **Comitê de Ajudas Técnicas**, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). Disponível em:
<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1595#:~:text=2013,-.BRASIL.,2007.>

INCLUSÃO DIGITAL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Inclus%C3%A3o_digital&oldid=54559564>. Acesso em: 21 mar. 2019.

LIMA, C. C; LIMA, K. A auto-imagem do bibliotecário versus a visão social: uma análise da valorização profissional, Maceió, 2009.

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 51-56. ISSN 0102-8839.

MORO, E. L. S; ESTABEL, L. B. Checklist: Instrumento de Avaliação de Acessibilidade em Prédios Públicos. Porto Alegre: Evangraf, 2016.



Biblioteca Universitária: tradição, práticas e inovações
7 a 10 de dezembro de 2021 | Centro de Convenções de Goiânia

MURÇA, G. Número de estudantes com deficiência cresce no Ensino Superior, mas permanência esbarra na falta de acessibilidade. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/numero-de-estudantes-com-deficiencia-cresce-no-ensino-superior-mas-permanencia-esbarra-na-falta-de-acessibilidade>. Acesso em: 02/05/2021.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses. Revisão: Maria Aparecida Bessana. São Paulo: Pioneira, 1997.

RIBAS, C.; ZIVIANI, P. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, UFPB, v. 17, n. 3, p. 47-57, set./dez. 2007.

SASSAKI, K. R. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SALCEDO, D. A; SILVA, J. R. P. A disseminação da informação: o papel do bibliotecário-mediador. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n-1, dez/mar, 2017.

SEVEREINO, J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

TAVARES FILHO, J. P., MAZZONI, A. A. RODRIGUEZ, A .M. e ALVES, J. B. M. Aspectos ergonômicos da interação com caixas automáticos bancários de usuários com necessidades especiais características de idosos. In: Congresso Ibero latino americano de Informática Educativa Especial, 3. **Anais** em CD, Fortaleza - Brasil, 2002.

TARGINO, M. das G. Biblioteconomia, informação e cidadania. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação–UFMG, Belo Horizonte, v. 20, p. 149-160, jul./dez. 1991.
Disponível

em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002779/ce417a8413ce92152879ec5375112acf>> Acesso em: 01 Fev. 2019.